

**ASSOCIAÇÃO SANTA CASA SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

CNPJ 18.321.477/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos é uma associação civil de direito privado, criada por Ata de Constituição de 24 de Abril de 2013 e teve o seu Primeiro Estatuto Social registrado no 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São José dos Campos em 31/05/2013, sob o número 25.523, constituída por um prazo de duração indeterminado, Entidade Sem Fins Lucrativos, situada na Avenida João Guilhermino nº 465, CEP: 12.210-130, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.321.477/0001-34 e isenta de Inscrição Estadual, a seguir denominada como Santa Casa Saúde.

A Santa Casa Saúde tem como objetivo a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, por meio da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar e ambulatorial. Para a execução do seu objetivo, a Entidade poderá: I) Instituir estabelecimentos e serviços de saúde para compor sua rede própria de atendimento; II) Firmar contratos e convênios com instituições prestadoras de serviços de saúde e ou terceiros legalmente habilitados para o exercício de atividades na área da saúde; e III) Praticar outras atividades compatíveis e relacionadas à assistência à saúde suplementar. Obteve o seu registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 419249 em 08/01/2014, criada para gerir a carteira de plano de saúde da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, teve suas operações oficialmente iniciadas no dia 01/04/2014, após receber, por transferência de carteira, a totalidade dos beneficiários, depois de autorizado pela ANS, pelo ofício nº 0581/2014/GGOP/DIPRO/ANS, datado de 19/03/2014.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

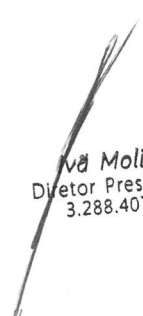
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, excetuando os CPC's: 11 – Contratos de Seguro; 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola; 44 – Demonstrações Combinadas e o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Escrituração contábil atende às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 (R1) publicada no DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros e por ser uma entidade do mercado de saúde suplementar, obedecer às Normas Contábeis vigentes emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os valores inseridos nas demonstrações contábeis estão expressos em Real (moeda corrente no Brasil) com relato dos saldos contábeis dos anos de 2021 e 2020, comparativamente.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, são as seguintes:

  
Camilla Lourenço  
Contadora  
CRC 152254462/O-3

  
Ivá Molina  
Diretor Presidente  
3.288.407-2

  
Paulo César Amadeu  
Diretor Financeiro

**a) Reconhecimento das receitas e despesas operacionais:** As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa considerando-se a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Sociedade, ajustados pela Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisados até a data base das demonstrações contábeis. As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

**b) Contas a receber:** Créditos de operações com planos de assistência à saúde representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde. A provisão de perda sobre créditos (PPSC) foi contabilizada, de acordo com os critérios estabelecidos nas normas gerais do plano de contas padrão da ANS, editado pela RN 390 de 02/02/15 e são provisionados os créditos em abertos de pessoas físicas vencidos há mais de 60 dias e créditos em aberto de pessoas jurídicas vencidos há mais de 90 dias, considerando-se a totalidade dos créditos de cada devedor identificado.

**c) Estoques:** A Operadora não mantém sistemas de estoques de materiais e / ou medicamentos hospitalares uma vez que os atendimentos aos beneficiários são realizados por “rede credenciada”. Os materiais de alto custo, em sua grande maioria, são comprados pela Operadora e aplicados diretamente em usuários durante os atendimentos.

**d) Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, a depreciação calculada com base no tempo de vida útil estimado, com testes de recuperabilidade quando cabível, sendo que o imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (redução ao valor recuperável de ativos), tendo como evidência que os bens existentes são realizáveis em prazos satisfatórios.

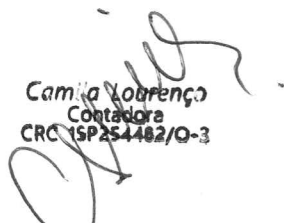
**e) Depósitos Judiciais e Fiscais - longo prazo:** Refere-se a valores depositados em juízo em processo de Eventos Indenizáveis, cíveis.

**f) Ativo intangível:** Refere-se a sistemas de computação.

**g) Outros ativos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. É classificado como circulante quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, é demonstrado como não circulante.

**h) Passivo circulante e não circulante:** Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulante.

**i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** a provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA foi apurada com base nas normas e resoluções da ANS.

  
Camilla Lourenço  
Contadora  
CRC 15P254462/O-3

  
Ivá Molina  
Diretor Presidente  
3.288.407-2

  
Paulo César Amadeu  
Diretor Financeiro

j) **Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde:** Eventos registrados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde.

k) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente.

#### 4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO FINANCEIRA

##### 4.1 DISPONIBILIDADES

Modalidade	31/12/21	31/12/20
<b>DISPONIVEL</b>		
CAIXA	183,31	3.830,26
BANCOS CONTA MOVIMENTO	528.113,82	654.954,77
<b>TOTAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>528.297,13</b>	<b>658.785,03</b>

##### 4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	31/12/21	31/12/20
<b>APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>18.242.609,19</b>	<b>17.376.879,28</b>
BANCO SAFRA S/A - C/C 291314-1 - FUNDOS ANS	-	12.189.939,64
BANCO DO BRASIL S/A - C/C 6290-1 - RF LP DEDIC- ANS	11.632,42	11.228,42
ITAU SAUDE RENDA FIXA PRIVADO FICFI - ANS	-	5.175.711,22
XP ANS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	18.230.976,77	
<b>APLICAÇÕES LIVRES</b>	<b>9.140.122,34</b>	<b>14.434.166,31</b>
BANCO SAFRA S/A - C/C 291314-1 TCM RENDA FIXA	4.000,00	1.061.030,37
BANCO DO BRASIL C/C 6290-1	1.117.294,73	1.255.341,18
FUNDO PREMIUM RF - BANCO ITAU SUBCONTA 50261-201 C/C 78833-8	13.230,38	12.749,79
APLICACAO AUT CONTAMAX EMPRESARIAL	1.350,45	14.431,84
ITAU RENDA FIXA MIX	964,00	917,63
CDBDI APLICACAO BANCO SAFRA	8.003.282,78	12.089.695,50
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>27.382.731,53</b>	<b>31.811.045,59</b>

As Cotas de Fundo de Investimentos estão vinculadas a Agência Reguladora "ANS", em atendimento às normas de vinculação da RN 392/15, para garantia das provisões técnicas contabilizadas no passivo. As taxas de juros são as de mercado para as modalidades, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação.

Camila Lourenço  
Contadora  
CRC 15P254482/O-3

Ivã Molina  
Diretor Presidente  
3288.407-2

Paulo César Amadeu  
Diretor Financeiro

### 5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>CRÉDITOS DE OPERAÇÕES C/PLANOS DE SAÚDE</b>		
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER</b>	<b>31.123.891,01</b>	<b>25.757.410,37</b>
Individual	14.821.146,83	13.548.059,66
Coletivo	16.302.744,18	12.209.350,71
<b>PROVISÃO DE PERDAS SOBRE CRÉDITOS (PPSC)</b>	<b>(6.987.507,74)</b>	<b>(5.578.095,32)</b>
(-) PPSC MENSALIDADES PESSOAS FÍSICAS	(3.705.783,23)	(2.869.276,04)
(-) PPSC FATURAS A RECEBER - PESSOA JURÍDICA	(3.281.724,51)	(2.708.819,28)
<b>PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM EVENTOS</b>	<b>5.251.536,74</b>	<b>5.050.130,42</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.387.920,01</b>	<b>25.229.445,47</b>

### 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>CRÉDITOS E TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS</b>		
IRRF 3208 A RECUPERAR SOBRE ALUGUEL	3.152,60	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.152,60</b>	<b>-</b>

### 7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>BENS E TÍTULOS A RECEBER</b>		
OUTROS TÍTULOS A RECEBER	37.361,53	79.915,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	30.856,45	54.290,28
ADIANTAMENTOS COMISSÕES	293.468,84	-
ADIANTAMENTOS PARA FORNECEDORES	5.998.190,36	2.913.269,62
OUTROS CRÉDITOS OU BENS A RECEBER	386.040,23	424.311,60
<b>TOTAL</b>	<b>6.745.917,41</b>	<b>3.471.786,50</b>

### 8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>624.601,95</b>	<b>624.601,95</b>
ISS A RECUPERAR	624.601,95	624.601,95
<b>DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS</b>	<b>1.737.236,99</b>	<b>1.224.173,44</b>
DEPOSITOS JUDICIAIS - EVENTOS	607.945,14	418.254,41
DEPOSITOS JUDICIAIS - CÍVEIS	1.129.291,85	805.919,03
<b>TOTAL</b>	<b>2.361.838,94</b>	<b>1.848.775,39</b>

Camilla Lourenço  
 Contadora  
 CRC 15P254482/O-3

Ivã Molina  
 Diretor Presidente  
 8.288.407-2

Paulo César Amadeu  
 Diretor Financeiro

### 9. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>IMOBILIZADO</b>		
<b>IMOVEIS DE USO PRÓPRIO NÃO HOSPITALARES</b>	<b>1.960.460,00</b>	<b>1.960.460,00</b>
TERRENOS	1.960.460,00	1.960.460,00
<b>IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO NÃO HOSPITALARES</b>	<b>4.272.760,36</b>	<b>4.679.131,09</b>
INSTALAÇÕES	65.022,76	57.027,83
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.157.595,87	4.111.587,48
EQUIPAMENTOS PROCES. DE DADOS -HARDWARE	614.000,46	499.930,52
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.927.847,57	1.787.477,50
VEÍCULOS	28.913,43	19.258,61
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(2.520.619,73)	(1.796.150,85)
<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>3.324.746,02</b>	<b>3.871.762,50</b>
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	5.835.861,02	5.451.568,58
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.511.115,00)	(1.579.806,08)
<b>TOTAL</b>	<b>9.557.966,38</b>	<b>10.511.353,59</b>

### 10. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>INTANGÍVEL</b>		
MARCA COMERCIAL	130,00	130,00
SISTEMA DE COMPUTAÇÃO	162.799,87	153.487,87
CUSTO DE AQUISIÇÃO LICENCA DE USO DE SOFTWARE	162.010,60	145.420,60
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(116.220,16)	(97.758,10)
<b>TOTAL</b>	<b>208.720,31</b>	<b>201.280,37</b>

### 11. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE</b>		
PROVISÃO DE CONTRAPRESTACO NÃO GANHA (PCNG)	3.114.139,90	3.161.031,99
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS	886.621,55	947.586,72
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR A OUTROS PRESTADORES	1.543.470,57	8.229.457,53
PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NAO AVISADOS (PEONA)	7.038.717,69	4.567.404,08
<b>TOTAL</b>	<b>12.582.949,71</b>	<b>16.905.480,32</b>

Camilla Lourenço  
 Contadora  
 CRC 158254/0-3

Ivã Molina  
 Diretor Presidente  
 3.288.407-2

Paulo César Amadeu  
 Diretor Financeiro

**CÁLCULO DA PIC - PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÕES**

Elementos para cálculo da PIC	
ÚLTIMOS DOZE MESES	dez/21
Receita Líquida	322.890.999,48
Receita Financeira	15.618.416,36
Outras Receitas Operacionais	573.386,89
Despesas Administrativas	(26.657.040,90)
Despesas de Comercialização	(14.500.875,76)
Despesas Assistenciais	(274.772.362,84)
Outras Despesas Operacionais	(11.929.485,81)
Despesas Financeiras	(2.621.740,02)
<b>ÍNDICE COMBINADO (PIC)</b>	<b>0,9784</b>

Não houve insuficiência de contraprestações, portanto, sem necessidade de contabilização da provisão e garantia financeira vinculada.

**12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		
RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES - PF	1.222.229,86	352.603,06
COMERCIALIZAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES	32.863,28	220.559,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.255.093,14</b>	<b>573.162,41</b>

**13. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM O PLANO DE SAÚDE**

Descrição	31/12/21	31/12/20
DÉBITOS A PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	32.075,10	5.076,92
<b>TOTAL</b>	<b>32.075,10</b>	<b>5.076,92</b>

Camilla Lourenço  
 Contadora  
 CRC 15P254482/O-3

Ivã Molina  
 Diretor Presidente  
 3.288.407-2

Paulo César Amadeu  
 Diretor Financeiro



#### 14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER</b>	<b>408.179,51</b>	<b>434.219,09</b>
ISS A PAGAR	29.619,92	46.421,08
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	268.312,62	279.528,39
FGTS A RECOLHER	102.555,32	100.521,01
PIS/PASEP	7.691,65	7.748,61
<b>RETENÇÕES DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>819.049,27</b>	<b>848.890,99</b>
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - DE FUNCIONÁRIOS	277.098,81	297.238,03
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – TERCEIROS	80.753,94	130.438,52
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	77.402,75	33.561,52
COFINS SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	396,00	604,80
PIS SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	70,00	131,04
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RETIDAS DE TERCEIROS	28.105,66	77.513,75
OUTROS (PIS/COFINS/CSLL E CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS)	355.222,11	309.403,33
<b>TOTAL</b>	<b>1.227.228,78</b>	<b>1.283.110,08</b>

#### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

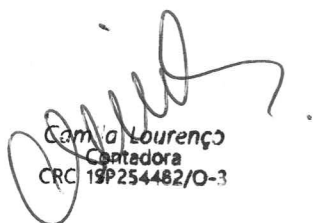
Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>CONTA CORRENTE GARANTIDA</b>	<b>985.000,00</b>	-
BANCO ITAU S.A LIS - AG 0250 C/C 98049	985.000,00	-
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>1.370.228,40</b>	<b>2.013.777,63</b>
BANCO ITAÚ S.A.	1.731.679,60	2.308.906,24
(-) JUROS A APROPRIAR BANCO ITAÚ S.A.	(361.451,20)	(295.128,61)
<b>Total</b>	<b>2.355.228,40</b>	<b>2.013.777,63</b>

#### 16. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>DÉBITOS DIVERSOS</b>		
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	1.926.524,44	1.666.599,71
FORNECEDORES	165.525,17	1.917.548,99
OUTROS DÉBITOS A PAGAR	65.038,55	113.027,96
<b>Total</b>	<b>2.157.088,16</b>	<b>3.697.176,66</b>

#### 17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/21	31/12/20
<b>PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		
PROVISÃO DE EVENTOS/SINISTROS A LIQUIDAR PARA O SUS	7.402,00	95.581,14
PROVISAO PARA AÇÕES CIVEIS	1.499.302,14	499.855,23
DEPOSITO JUDICIAL EVENTOS	607.945,14	418.254,41
CONTINGÊNCIA CIVEL	641.975,93	35.762,10
DEPOSITO JUDICIAL CIVEL	249.381,07	45.838,72
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	-	1.292.511,36
<b>Total</b>	<b>1.506.704,14</b>	<b>1.887.947,73</b>

  
 Camilla Lourenço  
 Contadora  
 CRC 19P254482/O-3

  
 Ivã Molina  
 Diretor Presidente  
 3/288.407-2

  
 Paulo César Amadeu  
 Diretor Financeiro

## 18. PATRIMÔNIO SOCIAL

(18.1) Patrimônio social: O patrimônio social da Santa Casa Saúde é de R\$ 55.068.101,08 (cinquenta e cinco milhões e sessenta e oito mil e cento e um reais e oito centavos).

(18.2) Resultado no período: A Associação apurou no ano de 2021, Superávit no valor de R\$ 7.691.213,47 (sete milhões e seiscentos e noventa e um mil e duzentos e treze reais e quarenta e sete centavos).

(18.3) PMA – Patrimônio mínimo ajustado: O patrimônio mínimo ajustado – PMA, calculado ao final do exercício em conformidade com a Resolução Normativa – RN nº 451/2020, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS está demonstrado a seguir:

<b>Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, em R\$.</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
Patrimônio Líquido	55.068.101,08	47.376.887,61
(-) Ativo não circulante intangível (Inciso V, art. 9º, RN 451, de 2020)	(208.720,31)	(201.280,37)
(-) Despesas antecipadas (Inciso V, art. 9º, RN 451, de 2020)	(7.924,20)	(10.147,42)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>54.851.456,57</b>	<b>47.165.459,82</b>

<b>Cálculo do Capital Base, em R\$.</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
Capital base	9.726.594,88	8.977.014,29
Fator K	18,06%	18,06%
<b>Capital Base exigido</b>	<b>1.756.623,04</b>	<b>1.621.248,78</b>
Patrimônio Líquido Ajustado	54.851.456,57	47.165.459,82
<b>Suficiência</b>	<b>53.094.833,53</b>	<b>45.544.211,04</b>
<b>Percentual de Suficiência</b>	<b>3.022,55%</b>	<b>2.809,21%</b>

<b>Cálculo da Margem de Solvência, em R\$.</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
(a) Soma das contraprestações de contratos de preço pré-estabelecido e 50% das contraprestações de contratos de preço pós-estabelecidos e corresponsabilidade, nos últimos 12 meses.	318.858.992,60	270.959.628,23
(b) 20% de (a)	63.771.798,52	54.191.925,65
(c) Média anual dos eventos de contratos de preço pré-estabelecidos e 50% dos eventos dos contratos de preço pós-estabelecidos e corresponsabilidade, nos últimos 36 meses, considerando variação da PEONA	226.926.960,31	187.958.131,70
(d) 33% de (c)	74.885.896,90	62.026.183,46
100% do maior valor entre (b) e (d)	74.885.896,90	62.026.183,46
Margem de Solvência Exigida	56.164.422,68	46.519.637,60
Gastos com PROMOPREV aprovados pela ANS	1.413.520,00	722.434,04
10% da Margem de Solvência Exigida	5.616.442,27	4.651.963,76
<b>Margem de Solvência Exigida, considerando descontos PROMOPREV (MENOR VALOR ENTRE GASTOS COM PROMOPREV E 10% DA MARGEM DE SOLVÊNCIA EXIGIDA)</b>	<b>54.750.902,68</b>	<b>45.797.203,56</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado Constituído</b>	<b>54.851.456,57</b>	<b>47.165.459,82</b>
<b>Suficiência</b>	<b>100.553,89</b>	<b>1.368.256,26</b>
<b>Percentual de Suficiência</b>	<b>0,18%</b>	<b>2,99%</b>

*Camila Lourenço*  
Contadora  
CRC 158254482/O-3

*Ivã Molina*  
Diretor/Presidente  
3.288.407-2

*Paulo César Amadeu*  
Diretor Financeiro



Os números da Margem de Solvência informados consideram o histórico dos valores realizados na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos uma vez que essa Associação assumiu a integralidade da carteira a partir de 01/04/2014. Em 30 de novembro de 2017 recebeu o ofício 273/2017/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE abordando diversos assuntos entre eles a insuficiência de 59% na Margem de Solvência. Esta operadora ciente do desenquadramento remeteu a resposta em 21 de dezembro de 2017, sob o protocolo 000016980, complementada por correspondência enviada em 23 de janeiro de 2018, constando o Termo de Assunção de Obrigações Econômicas Financeiras-TAOEF assumindo o compromisso de tornar a margem de solvência suficiente dentro da normalidade, comprometendo-se de que esta meta será alcançada em 24 meses, sendo 40% (35,52%) dela nos 12 primeiros (31.12.2018) e 60% da meta nos outros 12 meses (31.12.2019). Em 14 de junho de 2019 a ANS através do ofício 33/2019/COPAEF/GAES/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE prorrogou a extensão do TAOEF até 31 de janeiro de 2021. Em 15 de junho de 2021 recebeu o ofício 51/2021/COPAEF/GAES/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE onde se decidiu pelo encerramento do TAOEF e pelo arquivamento do processo administrativo nº 33910.006539/2018-04. Em 31.12.2021 a suficiência é de 0,18%.

## 19. PASSIVOS CONTINGENTES

- **Outros processos.**

A Entidade possui outros processos em que figura como ré, e informada pela Assessoria Jurídica o seguinte quadro:

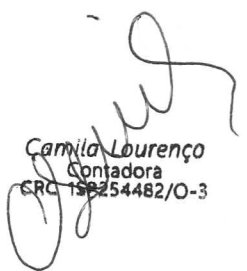
TOTAL DOS PROCESSOS (EM REAIS R\$)	31/12/21	31/12/20
PROVÁVEIS – (nota explicativa 17)	641.975,93	35.762,10
POSSÍVEIS	5.600.977,86	2.494.848,14
REMOTOS	-	86.434,70
<b>TOTAL</b>	<b>6.242.953,79</b>	<b>2.617.044,94</b>

## 20. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Santa Casa Saúde manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza da atividade e a orientação dos consultores de seguros.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras em condições normais de mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras, cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis.

  
 Camilla Lourenço  
 Contadora  
 CRC 158254482/O-3

  
 Ivã Molina  
 Diretor Presidente  
 3.288.407-2

  
 Paulo César Amadeu  
 Diretor Financeiro

## 22. EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO-HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2021 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR							
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares Pós Lei 9.656/98							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Atend.	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	28.175.287,18	41.123.203,96	4.465.868,30	76.896.669,84	31.012,97	4.372.829,38	155.064.871,63
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>28.175.287,18</b>	<b>41.123.203,96</b>	<b>4.465.868,30</b>	<b>76.896.669,84</b>	<b>31.012,97</b>	<b>4.372.829,38</b>	<b>155.064.871,63</b>

O total geral é equivalente ao total da conta 41111102 do balancete contábil de 31/12/21.

## 23. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstramos a seguir a conciliação entre o Superávit líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

### DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2021

#### MÉTODO INDIRETO PARA CONCILIAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	R\$
<b>Superávit (déficit) do período</b>	<b>7.691.213,47</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:</b>	
Depreciação e amortização	1.674.977,12
Encargos Financeiro de empréstimos	470.192,56
<b>Redução (aumento) do ativo</b>	
Aplicações financeiras	4.428.314,06
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(4.158.474,54)
Créditos tributários e previdenciários	(3.152,60)
Bens e títulos a receber	(3.274.130,91)
Despesas antecipadas	2.223,22
Realizável a longo prazo	(513.063,55)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(4.322.530,61)
Débitos de operações de assistência à saúde	681.930,73
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde	26.998,18
Tributos e encargos sociais a recolher	(55.881,30)
Débitos diversos	(1.540.088,50)
Passivo não circulante	441.075,21
<b>Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.549.602,54</b>

20

*Camilo Lourenço*  
Contador  
CRC 1SP254482/O-3

*Ivã Molina*  
Diretor/President  
3.288.407-2

*Paulo César Amadeu*  
Diretor Financeiro

#### 24. EVENTOS SUBSEQUENTE

Em 12 de março de 2020 a ANS-Agência Nacional de Saúde publicou a RN 451 de 06 de março de 2020, dispondo sobre os critérios para a definição do capital regulatório das operadoras de assistência à saúde e dentro os assuntos abordados, existe a possibilidade das OPS optarem pela metodologia de Capital Baseado em Risco, devidamente autorizado pela ANS em substituição a Margem de Solvência. Esta operadora optou pela utilização do capital baseado em riscos na apuração do capital regulatório, conforme possibilidade prevista no art. 14, sendo, conseqüentemente, considerado o mecanismo estabelecido no art. 15 da citada RN na apuração do capital regulatório requerido.

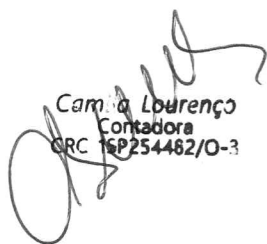
#### 25. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


A Administração da Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos da pandemia do COVID-19, em especial ao mercado brasileiro.

Em meados de março de 2020, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos apresentou significativas mudanças.

A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos vem recorrentemente sensibilizando seus colaboradores das medidas de enfrentamento ao COVID19 e adotando todos os protocolos para minimizar os impactos. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional.

Os valores patrimoniais e de resultados apresentados neste relatório devem ser analisados considerando os efeitos destas reduções de atividades citadas. As principais reduções foram nas despesas operacionais e outras despesas operacionais onde foram registrados a redução da sinistralidade do exercício.

  
Camilla Lourenço  
Contadora  
CRC 16P254462/O-3

  
Ivã Molina  
Diretor/Presidente  
3.288.407-7

  
Paulo César Amadeu  
Diretor Financeiro